

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro

CNPJ nº 61.699.567/0026-40

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hos-

pital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reforçando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Bra-

sil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101, Alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14 e Portaria Ministerial 834/16 do Ministério da Saúde, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2017.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2016	2015	
ATIVO			PASSIVO
Ativo Circulante	55.051.633,03	69.305.246,06	Passivo Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	1.711.325,99	223.499,19	Fornecedores (Nota 3.7)
Bancos Conta movimento	546.298,69	15.743,01	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (Nota 3.8)
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	1.165.027,30	207.756,18	Serviços de Terceiros Pessoa Física (Nota 3.8)
Clientes	51.761.374,28	67.392.684,27	Salários a pagar (Nota 3.9)
Prefeitura Município de Uberlândia (Nota 3.3.1)	36.712.586,09	54.916.240,24	Contribuições a recolher (Nota 3.10)
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (Nota 3.3.2)	15.048.788,19	12.476.444,03	Provisão de férias (Nota 3.11)
Outros Créditos (Nota 3.4)	387.035,84	513.335,19	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.11)
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)	23.840,39	43.666,10	Provisão PLS s/ 13º Salário e Férias
Antecipações salariais	50.504,52	3.091,33	Provisão de despesas c/ quitações (Nota 3.3.2)
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	191.720,56	312.943,83	Impostos a recolher (Nota 3.12)
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)	1.811,10	2.861,18	Obrigações Tributárias (Nota 3.13)
Depósito Judicial (Nota 3.4.4)	119.159,27	150.772,75	Acordo Trabalhista a pagar
Estoques (Nota 3.5)	1.191.896,92	1.175.727,41	Outras contas a pagar (Nota 3.14)
Materiais utilizados no setor de nutrição	66.756,48	55.351,07	Recebimento de materiais de terceiros (Nota 3.15)
Materiais utilizados no setor de farmácia	492.923,20	568.530,19	Operações c/ Materiais de Terceiros (Nota 3.18)
Materiais de almoxarifado	539.826,32	474.620,91	Financiamentos/Empréstimos/parcelamentos (Nota 3.16)
Empréstimos de materiais a terceiros	53.179,92	43.747,36	Convênios/Contratos públicos a realizar (Nota 3.17)
Operações com Materiais de Terceiros	39.211,00	33.477,88	Passivo não Circulante
Ativo não Circulante	1.841.786,05	2.028.652,38	Provisão de Despesas Proc. Cíveis (Nota 3.19.1)
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	1.831.238,24	2.013.058,33	Provisão de Despesas Proc. Trabalhistas (Nota 3.19.1)
Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.6)	2.815.650,86	2.712.442,05	Obrigações - Bens Móveis de terceiros
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (Nota 3.6.1)	(984.412,62)	(699.383,72)	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros
Ativo Intangível	10.547,81	15.594,05	Total do Passivo
Intangível de Terceiros (Nota 3.6)	25.230,73	25.230,73	Patrimônio Líquido
Ajuste Vida Útil Econômica Intangível Terceiros (Nota 3.6.1)	(14.682,92)	(9.636,68)	Resultado do Exercício
Total do Ativo	56.893.419,08	71.333.898,44	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. Características da Unidade Gerenciada: O Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro, inaugurado em 15.11.2010, é um dos referenciais de saúde para a cidade de Uberlândia e região. Em 28.10.2016, a SPDM e o Município de Uberlândia por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, firmaram o contrato de gestão nº 269/2016, o presente CONTRATO tem como objetivo a prestação de serviços da área de saúde na forma de parceria, com a gestão operacional de todas as ações de assistência à saúde no Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro. O Contrato de Gestão possui prazo de 60 (sessenta) dias com vigência de 01 de novembro até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 180 (cento e oitenta) dias, com valor global estimado de R\$ 16.833.450,22 (dezesseis milhões oitocentos e trinta e três mil quatrocentos e cinquenta reais e vinte e dois centavos), totalizando para o período de 60 dias, por conta das dotações orçamentárias 09.10.302.1003.2747.3.3.50.39-09.02 (Fonte de Recurso 155 - C/C 48.993-X, Agência 2591-7, Banco do Brasil - 001), 09.10.302.1003.2858.3.3.50.39-09.02 (Fonte de Recurso 149 - C/C 624.003-0, Agência 3961, Caixa Econômica Federal - 104), 09.10.302.1003.2858.4.4.50.42-09.02 (Fonte de Recurso 149 - C/C 624.003-0, Agência 3961, Caixa Econômica Federal - 104), 09.10.302.1003.2858.3.3.50.39-09.02 (Fonte de Recurso 102 - C/C 487-4, Agência 3961, Caixa Econômica Federal - 104) e suas correspondentes rubricas nos exercícios vindouros. São partes indissolúveis do Contrato de Gestão 269/2016, os seguintes anexos: a) Anexo I - Projeto Básico; b) Anexo II - Anexo Planejamento Estratégico; c) Anexo III - Plano de Prestação de Serviços; d) Anexo IV - Sistemática de Avaliação dos Indicadores; e) Anexo V - Sistema de Liberação de Parcelas. A repactuação do presente contrato determinará os novos valores e prazos através de TA's, sendo precedida de justificativas para tal. Atualmente, o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro possui 236 leitos divididos em UTI (Unidade de terapia intensiva) adulto, UTI neonatal, clínicas médicas, clínica cirúrgica e maternidade. Há um ambulatório de especialidades, posto de coleta e agência transfusional, centro de diagnósticos, centro cirúrgico e centro obstétrico. O Hospital é uma unidade de média e alta complexidade, com reconhecimento em qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social, tendo em 2014 a Acreditação de Qualidade ONA Nível II - Pleno. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adota a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000).** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19.12.2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro** - Rua Mata dos Pinhais, nº 410, Jardim Botânico - Uberlândia - MG - CEP 38410-651 - CNPJ nº 61.699.567/0026-40 **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações.** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matéria e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classifica-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 1.711.325,99 conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e Saldos em Bancos	546.298,69	15.743,01
Aplicação Financeira de Curto Prazo	1.165.027,30	207.756,18
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.711.325,99	223.499,19

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2016	2015	
Recargas	110.703.762,31	116.841.936,49	Recargas
Recarga Bruta de Serviços Prestados com Restrições	110.703.762,31	116.841.936,49	Secretaria de Saúde do Município de Uberlândia (Nota 4.1)
Secretaria de Saúde do Município de Uberlândia (Nota 4.1)	90.603.493,05	97.096.401,93	Trabalho Voluntário (Nota 9.4)
Trabalho Voluntário (Nota 9.4)	7.660,22	16.494,05	Outras Recargas
Outras Recargas	978.766,26	1.000,00	Descontos Recebidos
Descontos Recebidos	2.331,13	0,00	Financeiras
Financeiras	33.729,45	110.861,40	Doações Recebidas (Nota 4.3)
Doações Recebidas (Nota 4.3)	99.999,01	0,00	Inseção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)
Inseção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	16.259.678,41	16.702.539,67	Inseção usufruída - INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)
Inseção usufruída - INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)	0,00	1.747,37	Inseção usufruída - COFINS (Nota 9.3)
Inseção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	2.718.104,78	2.912.892,07	(+) Outras Recargas com Restrições
(+) Outras Recargas com Restrições	0,00	0,00	= Receita Líquida com Restrições
= Receita Líquida com Restrições	110.703.762,31	116.841.936,49	Custos e Despesas
Custos e Despesas	68.238.286,98	79.152.945,17	(-) Custos Operacionais com Restrições (Nota 4.2)
(-) Custos Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	68.238.286,98	79.152.945,17	(-) Serviços - Pessoal Próprio
(-) Serviços - Pessoal Próprio	59.113.340,74	58.326.425,81	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	634,81	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	2.403.434,42	6.223.458,46	(-) Manutenção e Conservação
(-) Manutenção e Conservação	48.050,00	3.729.274,35	(-) Mercadorias
(-) Mercadorias	6.673.461,82	10.868.806,48	(-) Inseção usufruída - INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)
(-) Inseção usufruída - INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)	0,00	1.747,37	(-) Tributos
(-) Tributos	0,00	2.597,89	(-) Outros Custos
(-) Outros Custos	103.208,81	926,93	(-) Outros custos Financeiros
(-) Outros custos Financeiros	103.208,81	926,93	(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	42.362.266,52	37.688.064,39	Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)
Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	42.362.266,52	37.688.064,39	(-) Serviços - Pessoal Próprio
(-) Serviços - Pessoal Próprio	8.829.008,38	10.859.328,93	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	13.381,20	8.102,04	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	5.566.559,66	1.735.476,42	(-) Manutenção e Conservação
(-) Manutenção e Conservação	3.323.302,21	1.808.287,78	(-) Mercadorias
(-) Mercadorias	4.820.681,51	3.025.895,06	(-) Financeiras
(-) Financeiras	266.569,79	606.593,90	(-) Outras Despesas
(-) Outras Despesas	557.241,76	0,00	(-) Tributos
(-) Tributos	78,60	12.454,47	(-) Inseção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)
(-) Inseção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	16.259.678,41	16.702.539,67	(-) Inseção usufruída - COFINS (Nota 9.3)
(-) Inseção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	2.718.104,78	2.912.892,07	(-) Trabalho Voluntário (Nota 9.4)
(-) Trabalho Voluntário (Nota 9.4)	7.660,22	16.494,05	(-) Outras Despesas
(-) Outras Despesas	0,00	0,00	(=) Superávit/Déficit com Restrições (Nota 3.21)
(=) Superávit/Déficit com Restrições (Nota 3.21)	0,00	0,00	

3.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Taxa %	31/12/2016
Bradesco	CDB Letras	Taxa PCT = 94,0000%	918.330,22
Bradesco	Fundo de Investimento	Rentabilidade Mês = 0,77%	246.697,08
Total			1.165.027,30

3.3 - Contas a receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas.

3.3.1 - Valores a Receber: Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de curto prazo, relativos aos contratos de gestão nº 187/2010 e contrato de gestão nº 269/2016, provenientes da Secretaria Municipal de Saúde. Em 31/12/2016 os valores a receber do Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro representam o montante de R\$ 36.712.586,09 (trinta e seis milhões, setecentos e doze mil, quinhentos e oitenta e seis reais e nove centavos), cujo valor é composto de:

Valores a Receber em 31.12.2016 (Em Reais)			
Tipo de Recurso	Vencidos	A Vencer	Saldo em 31.12.2016
Contrato Gestão nº 187/2010	19.879.135,87	0,00	19.879.135,87
Contrato Gestão nº 269/2016	16.833.450,22	0,00	16.833.450,22
Total	36.712.586,09	0,00	36.712.586,09

3.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual: A Entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata das contas de compensação. A unidade gerenciada constitui possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativa Rescisão Contratual

	Saldo em 31.12.2016
Aviso Prévio indenizado	R\$ 5.167.291,22
Multa FGTS Rescisória (50%)	R\$ 9.881.496,97
Total	R\$ 15.048.788,19

3.3.3 - Valores em Negociação Contrato/Convênio: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Em 31.12.2015, o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro apresentou um saldo de R\$ 4.208.625,54 na conta 1121998-Valores em Negociação em 31.12.2015 erroneamente. O problema teve impacto internamente nas demonstrações contábeis individuais da unidade gerenciada. Entretanto, o balanço consolidado da entidade não foi afetado, devido à importação dos dados não apresentar problemas em seus saldos. Dessa forma, como a divulgação dos saldos patrimoniais ficou prejudicada, de modo que a Unidade Gerenciada prontamente efetuasse as devidas correções, em nota explicativa, e em seu balanço em 31.12.2016. **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal de instituição. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 2016 foi de R\$ 23.840,39. **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). **3.4.3 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.4 - Depósito Judicial:** Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2016 o montante de R\$ 119.159,27. **3.5 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques até 31.12.2016 é de R\$ 1.191.896,92.

	31.12.2016	31.12.2015
Tipos		
Materiais utilizados no setor de nutrição	66.756,48	55.351,07
Materiais utilizados no setor de farmácia	492.923,20	568.530,19
Materiais de almoxarifado	539.826,32	474.620,91
Empréstimos de materiais a terceiros	53.179,92	43.747,36
Operações com Materiais de Terceiros	39.211,00	33.477,88
Total	1.191.896,92	1.175.727,41

3.6 - Imobilizado Bens de Terceiros: O imobilizado do Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2016				
	Posição em 31/12/2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2016
Imobilizado - Bens de Terceiros	2.737.672,78	103.208,81	-	2.840.88

tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de au-

ditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de au-

ditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30.03.2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3;** Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

Essencis MG Soluções Ambientais S.A. - CNPJ 07.004.980/0001-40				
Demonstrações Financeiras				
Balancos Patrimoniais Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)				
Ativo	Notas explicativas	2016	2015	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.741	6.207	
Contas a receber de clientes	8	10.565	7.889	
Outras contas a receber		60	82	
Estoques		330	270	
Impostos a recuperar		242	293	
Adiantamento a fornecedores		834	819	
Total do ativo circulante		13.772	15.560	
Não Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Outras contas a receber		11	18	
Ativo fiscal diferido		891	672	
Depósitos judiciais		24	25	
Total do realizável a longo prazo		926	715	
Investimentos	9	1.010	1.023	
Imobilizado	10	53.870	54.830	
Intangível		3.403	3.571	
		58.283	59.424	
Total do ativo não circulante		59.209	60.139	
Total do Ativo		72.981	75.699	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para Os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Sociedade (denominada por "Essencis MG" ou "Companhia") tem como objetivo social a implantação e execução de aterros sanitários e industriais e congêneres no Estado de Minas Gerais, a locação de veículos e equipamentos necessários para a consecução de seu objeto social, a elaboração de estudos e projetos, a direção e o gerenciamento de obras e serviços relacionados com atividades sociais e a participação em outras sociedades. A sociedade é controlada em conjunto por Essencis Soluções Ambientais S.A. e Barbosa Mello S.A. com participação de 66,67% e 33,33% respectivamente. A Essencis MG e a sócia Hephaestus Metals Representações Ltda., constituiu em 01 de Outubro de 2016 através de contrato de constituição a controlada em conjunto Essencis & HPM Tecnologia em Recuperação de Metais Ltda ("HPM"), cuja operação consiste na venda de lama de aciaria com a Gerdau Acominas S.A. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita:** A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços. **Receita de serviços prestados:** As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (aproximação, metragem ou tempo de duração) do trabalho executado, após averiguação do Poder Concedente, e de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos, aplicações financeiras e variações cambiais. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamento e descontos concedidos, variações monetárias e juros sobre mútuos. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **d. Ativos Intangíveis:** Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). **(i) Software:** Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com água gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização:** A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Estoques** Compostos por materiais em almoxarifado, demonstrados ao custo de aquisição, não excedendo o valor de reposição. **f. Instrumentos financeiros** A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento
Essencis & HPM LTDA	2.230	51,00%	1.980	(26)	(13)	1.010
Total dos investimentos e perdas nos investimentos			1.980	(26)	(13)	1.010

As mutações dos investimentos são compostas pelas seguintes movimentações ocorridas até 31 de dezembro 2016:

Empresa	Saldo em 31/12/2015	Equivalência Patrimonial 31/12/2016	Saldo em 31/12/2016
Essencis & HPM LTDA	1.023	(13)	1.010
Total	1.023	(13)	1.010

10. Imobilizado: O saldo é composto como segue:

	Tx. média anual %	2016	2015
Centrais de Aterro e infra em aterros	(*) 66,935	(26.353)	40.582
Edificações e construção civil	5	6.273	(1.043)
Benefiteiras em bens de terceiros	10	46	(46)
Máquinas e equipamentos	10	2.463	(759)
Móveis e utensílios	10	290	(143)
Equipamentos de informática	20	452	(357)
Imobilizado em andamento	-	6.112	3.967
		82.571	53.870

(*) O aterro e suas respectivas beneficiadoras são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados com relação à capacidade total estimada dos aterros. As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	2015	Adição	Transf. Baixa	Transf. rência	fecha-mento	2016
Custo do imobilizado						
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:						
Aterro e infra em aterros	65.751	-	-	1.425	(242)	66.935
Edificações e Construção Civil	6.285	-	(12)	-	-	6.273
Benefiteiras em bens de terceiros	79	-	(34)	-	-	46

Demonstrações dos Resultados Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Receita Operacional Bruta	14	38.043
Impostos incidentais sobre serviços prestados	(4.487)	(5.475)
Receita Operacional Líquida	9.556	32.568
Custo dos serviços prestados	(21.612)	(25.431)
Lucro Bruto	11.937	14.019
Receitas e Despesas Operacionais		
Despesas Comerciais	(56)	(113)
Despesas administrativas	(596)	(466)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(188)	(641)
Resultado de equivalência patrimonial	(13)	(65)
Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	(853)	(1.285)
Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras	11.084	12.734
Receitas e Despesas Financeiras		
Receitas financeiras	16	4.448
Despesas financeiras	(5.421)	(12.402)
Resultado Financeiro Líquido	(973)	(8.596)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.111	4.138
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	(3.616)	(1.528)
Diferido	219	148
Lucro Líquido do Exercício	6.714	2.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	6.714	2.758
Resultado Abrangente da Companhia	6.714	2.758

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2014	6.083	1.217	16.975	24.275
Lucro líquido do exercício	-	-	2.758	2.758
Reserva de lucros	-	-	827	827
Dividendos distribuídos	-	-	(1.931)	(1.931)
Saldos em 31/12/2015	6.083	1.217	17.802	25.102
Lucro líquido do exercício	-	-	6.714	6.714
Reserva de lucros	-	-	671	671
Dividendos distribuídos	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31/12/2016	6.083	1.217	18.472	25.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

pelo método da equivalência patrimonial, compreende sua participação em empreendimento controlado em conjunto (joint ventures). Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

7. Caixas e equivalentes de caixa: São compostos como segue:

	2016	2015
Caixa	3	7
Bancos	110	98
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.628	6.102
	1.741	6.207

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. **8. Contas a receber de clientes e outros créditos:** São compostas como segue:

	2016	2015
Clientes Privados:		
Valores faturados	2.694	3.068
Medição dos serviços prestados	2.530	1.478
Clientes Públicos:		
Valores faturados	225	308
Medição dos serviços prestados	353	343
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(201)	(207)
Total das contas a receber, líquido	5.601	4.990
Partes relacionadas	4.964	2.899
Total das contas a receber Circulante	10.565	7.889

O Aging list das contas a receber é composta como segue:

	2016	2015
Valores a vencer	6.283	5.871
Vencidos:		
Até 30 dias	1.043	656
Entre 31 e 60 dias	534	370
Entre 61 e 90 dias	165	316
Entre 91 e 180 dias	1.604	490
Entre 181 e 360 dias	253	44
Acima de 360 dias	884	348
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(201)	(207)
Total	10.565	7.889

9. Investimento: O saldo do investimento é composto como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	2.520	(57)
Móveis e utensílios	302	(13)
Equipamentos de informática	508	(56)
Imobilizado em andam.	3.967	3.559
	(160)	(242)
	82.571	

Depreciação

	2015	2016
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:		
Aterro e infra em aterros	(22.691)	(3.903)
Edificações e Construção Civil	(802)	(242)
Benefiteiras em bens de terceiros	(76)	(3)
Máquinas e equipamentos	(552)	(249)
Móveis e utensílios	(129)	(27)
Equipamentos de informática	(333)	(76)
	51	(356)
	(24.583)	(4.499)
	139	(28.701)
	(21)	(53.701)

11. Fornecedores e outras contas a pagar

	2016	2015
Fornecedores	2.354	1.619
Partes relacionadas	5.784	6.240
Outras contas a pagar	12	-
Total	8.150	7.859
Circulante	2.404	1.625
Não circulante	5.746	6.234

12. Empréstimos e financiamentos: As obrigações por empréstimos e

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	6.714	2.758
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	4.666	5.027
Baixa de imobilizado e intangível	13	7
Equivalência patrimonial	21	65
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	546	8.308
Provisão para urbanização de aterros	242	463
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	(112)
Provisão para contingências	216	441
Imposto de renda e contribuição social	3.397	1.380
Aumento nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(605)	948
Partes relacionadas	(2.065)	(1.762)
Impostos a recuperar	5	275
Estoques	(60)	333
Outros créditos	29	69
Depósitos judiciais	5	(28)
Adiantamento a fornecedores	(16)	-
Aumento / Redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	735	(345)
Partes relacionadas	(456)	(542)
Salários, provisões e encargos sociais	261	(150)
Impostos, taxas e contribuições	10	(1.528)
Pagamento de contingências	(132)	(361)
Adiantamento de clientes	35	12
Outras contas a pagar	10	-
Caixa gerado pelas / aplicado nas atividades operacionais	13.611	15.258
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(2.480)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(3.198)	(8)
Caixa líquido gerado pelas / aplicado nas atividades operacionais	7.933	15.250
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aumento de investimento	-	(1.137)
Aquisições de imobilizado	(3.558)	(7.503)
Adição de ágio e intangível	-	(24)
Caixa líquido gerado pelas / aplicado nas atividades de investimento	(3.558)	(8.665)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e financiamentos - captação	-	8.146



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita de Serviços.....	635.333	536.884	714.357	604.556
Receitas de Locação.....	6.764	-	6.795	-
Receita de Mercadorias.....	-	3.037	190	3.037
RECEITA BRUTA.....	642.097	539.921	721.342	607.593
Impostos sobre Vendas.....	(30.377)	(36.411)	(38.708)	(43.516)
RECEITA LÍQUIDA.....	611.720	503.510	682.634	564.077

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Matérias-primas e materiais de consumo.....	101.218	114.986	107.236	122.472
Materiais vendidos.....	-	191	-	191
Despesas de depreciação e amortização.....	14.906	14.837	18.131	14.837
Despesas com folhas de pagamento.....	231.616	152.625	274.891	188.891
Despesas com aluguéis e estrutura.....	94.365	43.750	100.352	46.635
Despesas manutenção e contrat. serviços.....	110.134	102.798	114.466	108.549
Provisão de Custos.....	-	7.802	-	7.802
Despesas de viagens.....	7.145	4.258	7.145	4.258
Impostos, taxas e encargos.....	901	632	901	632
Desp. com energia elétrica.....	1.200	765	1.200	765
Outros.....	3.391	2.401	3.391	4.420
TOTAL.....	564.876	445.045	627.713	499.452
Custo das Obras e Serviços Gerais e administrativas.....	533.603	421.093	590.453	471.501
	31.273	23.952	37.260	27.951
TOTAL.....	564.876	445.045	627.713	499.452

20. RESULTADO FINANCEIRO - O resultado financeiro é composto basicamente por:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros.....	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	86.352	-	62.587
Contas a Receber de Clientes.....	-	106.794	-	125.098
Partes Relacionadas.....	-	23.306	-	27.328
Instrumentos finan. Derivativos.....	-	-	1.613	-
Total.....	-	216.452	1.613	215.013
Passivos Financeiros.....	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos.....	-	74.739	-	149.105
Fornecedores.....	-	26.150	-	54.537
Partes Relacionadas.....	-	4.543	-	23.611
Instrumentos finan. Derivativos.....	-	18	-	-
Total.....	-	105.432	-	227.253

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da Empresa Construtora Brasil S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Construtora Brasil S.A. ("Sociedade"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais** - Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos a), b), e c), e pelos possíveis efeitos do assunto d) descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Construtora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas** - Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Empresa Construtora Brasil S.A. e suas controladas. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis consolidadas. **Base para opinião com ressalvas no individual e para abstenção de opinião no consolidado** - a) A Companhia possui contas a receber de clientes vencidas há mais de dois anos, no valor de R\$30.934 mil para o qual não foi constituído provisão para perdas em razão de que a administração entende ser realizável, conforme nota explicativa nº 6. Entretanto, entendemos a existência de perdas no valor recuperável do ativo. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido da Companhia está a maior em R\$20.416 mil líquidos de impostos (R\$20.416 mil líquidos de impostos em 31 de dezembro de 2015). b) De acordo com o Código Civil Brasileiro e com termos contratuais, a Companhia deve garantir a qualidade técnica das obras executadas por um período de 5 anos contados a parti-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA FINANCEIRA				
Juros de aplicação financeira.....	4.104	922	4.185	954
Variação Cambial.....	2.773	-	2.787	12
Descontos Obtidos.....	237	-	237	-
Swap.....	610	1.613	610	1.613
Outros.....	368	284	544	291
TOTAL.....	8.092	2.819	8.362	2.870

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
DESPESA FINANCEIRA				
Swap.....	(1.632)	-	(1.632)	-
Juros emp. e Financiamentos.....	(12.169)	(13.747)	(13.908)	(15.087)
Variação Cambial.....	(1.446)	(2.310)	(1.446)	(2.310)
Descontos Concedidos.....	(2.845)	-	(5.372)	(1.713)
Despesas Bancárias.....	(1.102)	-	(1.107)	-
Outros.....	(2.022)	(2.148)	(2.882)	(2.746)
TOTAL.....	(21.216)	(18.205)	(26.347)	(21.856)

21. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. A Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento do grupo. a) Gestão de Risco de Capital - A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos financeiros detalhados nas notas explicativas nº 13, deduzidos pelo caixa e saldos bancários, detalhados nas notas explicativas nº 5) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado nas notas explicativas nº 15).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos.....	74.739	149.105	90.871	161.353
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	86.352	62.587	97.062	65.158
Dívida Líquida ("DL").....	(11.613)	86.518	(6.192)	96.195
Patrimônio Líquido ("PL").....	142.017	127.180	146.755	129.488
DL/PL.....	-8%	68%	-4%	74%

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros.....	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	86.352	-	62.587
Contas a Receber de Clientes.....	-	106.794	-	125.098
Partes Relacionadas.....	-	23.306	-	27.328
Instrumentos finan. Derivativos.....	-	-	1.613	-
Total.....	-	216.452	1.613	215.013
Passivos Financeiros.....	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos.....	-	74.739	-	149.105
Fornecedores.....	-	26.150	-	54.537
Partes Relacionadas.....	-	4.543	-	23.611
Instrumentos finan. Derivativos.....	-	18	-	-
Total.....	-	105.432	-	227.253

	31/12/2016		Consolidado		31/12/2015	
	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis	Passivo fina. mensurado ao custo amortizado	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis	Passivo fina. mensurado ao custo amortizado
Ativos Financeiros.....	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	97.062	-	-	65.158	-
Contas a Receber de Clientes.....	-	125.098	-	-	252.529	-
Partes Relacionadas.....	-	13.178	-	-	25.314	-
Instrumentos finan. Derivativos.....	-	-	-	1.613	-	-
Total.....	-	235.338	-	1.613	343.001	-
Passivos Financeiros.....	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos.....	-	90.871	-	-	161.353	-
Fornecedores.....	-	52.977	-	-	57.086	-
Partes Relacionadas.....	-	4.543	-	-	2.684	-
Instrumentos finan. Derivativos.....	-	-	-	-	-	-
Total.....	-	148.391	-	-	221.123	-

b) Valor justo dos instrumentos financeiros - A Companhia possui instrumentos financeiros, contratos de swaps de taxa de juros, contratados pelo Banco Santander para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio, no ano de 2016 a Companhia registrou uma perda potencial, mensurado a valor justo, no montante de R\$ 18. c) Gestão do risco de taxa de juros - A Empresa está exposta a riscos relacionados a taxas de juros, obtém empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas e aplicações financeiras vinculadas, principalmente ao CDI. A composição dos ativos e passivos indexados por taxas de juros pré-fixados e por CDI estão demonstrados nas notas explicativas nº 5 (aplicações financeiras) e nº 13 (empréstimos e financiamentos). A Administração da Empresa monitora estas transações para minimizar eventuais impactos decorrentes da flutuação das taxas. d) Análise de sensibilidade - A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na análise as taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Operação	Risco	Período até 31 de dezembro de 2017				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	Aumento (redução) da cotação CDI	13,63	11,13	5,57	8,35	13,91
TJLP	Aumento (redução) da cotação TJLP	7,50	7,00	3,50	5,25	8,75

• Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do período de 31/12/2016. • Cenário Base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 19 de abril de 2017, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até a data de aprovação destas demonstrações financeiras. • Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário provável, em -50%, -25%, 25% e 50%. A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Operação	Risco	Cenário Atual	Cenários I, II, III e IV				
			Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento ativo fixo	TJLP	40.482	43.316	41.800	42.558	44.074	44.852
Capital de giro	CDI	26.613	29.575	27.929	28.752	30.398	31.221
		67.095	72.891	69.729	71.310	74.472	76.053
	Efeito Ganho (Perda)		(5.796)	3.162	1.581	(1.581)	(3.162)

22. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - A diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 25 de abril de 2017, as quais considera os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Carlos Antônio Vasconcelos Mota dos Santos
Presidente do Conselho de Administração
José Lúcio Rezende Filho
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Eduardo Costa Simões
João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Luís José Donas Boto Vaz Pato
Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha

DIRETORIA
Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha - Diretor Presidente
Luís José Donas Boto Vaz Pato - Diretor Vice-Presidente
Duarte Nuno Viana de Oliveira Braga - Diretor Financeiro
Gilberto Tavares dos Santos - Diretor de Operações
Manuel António Mendes Teixeira - Diretor de Operações
Contador Responsável:
Thais Rely Assunção - CRC MG 1114156

cio findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 17 de fevereiro de 2016 com ressalva relacionada à necessidade ou não de contabilizar provisão para eventual perda na realização de contas a receber de clientes no valor de R\$19.915 mil sobre os quais foram contabilizadas provisões no valor de R\$ 6.829 mil para os encargos tributários incidentes. **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Sociedade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Sociedade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
José Ricardo Faria Gomez
Contador - CRC-ISP 218.398/O-1 T-MG

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro

CNPJ nº 61.699.567/0026-40

ERRATA

Nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2015 e publicadas no jornal Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 29.04.2016 (páginas 1 a 33), os saldos divulgados na conta do Ativo Circulante 1.1.2.1.998 - Valores em Negociação Contrato/Convênio em 31.12.2015 somavam R\$ 4.208.625,54; em contrapartida da conta do Passivo (Convênios/Contratos Públicos a Realizar), com saldo de R\$ 40.061.552,82. Tal equívoco não afetou as demonstrações consolidadas da SPDM em 31.12.2015; tratando-se apenas de equívoco na divulgação dos saldos da unidade gerenciada. Em consequência, a instituição tomou nota do ocorrido e

	Valores em R\$		Valores em R\$	
	Dezembro 2015	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Dezembro 2014
ATIVO CIRCULANTE	73.513.871,60	42.447.805,92	73.513.871,60	42.447.805,92
Contas a Receber	71.601.309,81	37.846.366,14	71.601.309,81	37.846.366,14
Valores a Receber - Prefeitura Municipal de Uberlândia (nota 3.3.1)	54.916.240,24	23.220.431,76	54.916.240,24	23.220.431,76
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)	12.476.444,03	10.417.308,84	12.476.444,03	10.417.308,84
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	4.208.625,54	4.208.625,54	4.208.625,54	4.208.625,54
TOTAL DO ATIVO	75.542.523,98	44.751.427,23	75.542.523,98	44.751.427,23
PASSIVO				
PASSIVO CIRCULANTE	71.523.982,38	42.260.491,12	71.523.982,38	42.260.491,12
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.18)	40.061.552,82	10.400.354,78	40.061.552,82	10.400.354,78
TOTAL DO PASSIVO	75.542.523,98	44.751.427,23	75.542.523,98	44.751.427,23

3.3.3 - Valores em Negociação Contrato/Convênio

Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por contido modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de equilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma.

3.18 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar

De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.40